

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho): Matérias que citam o Ministro Almirante Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Junior ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Ministro quer isentar quatro países de visto	2
Título: Brasil busca aliança contra cotas da UE para aço	4
Título: Frente antichavista	5
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	8
Título: O fim do mundo que só eu vi?	8
Título: O benefício da dúvida e a espera por uma narrativa.....	9
Título: Petrobras confirma que indicado para seu conselho renunciou	11
Título: UE vai prolongar restrições ao aço brasileiro	11
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	13
Título: As direitas nacionalistas e a encalacrada do Brexit	13
Título: Enel vende por R\$ 2,9 bi usinas renováveis a chinesa.....	15
Título: UE impõe barreiras ao aço e afeta Brasil.....	16
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	17
Título: Duto é consertado, mas preços sobem	17
VEÍCULO: Valor Econômico.....	18
Título: UE confirma restrições contra aço.....	18
Título: Reajuste da tabela do frete será pelo IPCA	19
Título: Térmicas a biomassa têm proposta para elevar geração	20
Título: O otimismo cauteloso dos investimentos em óleo e gás	22
Título: Paraná descarta privatizar Copel	25
Título: Renovação da concessão de Foz do Areia está entre as prioridades	27
Título: Atrasos impactam produção da Petrobras	28

Título: Destaques	29
Título: Casa dos Ventos e Vale fecham parceria	30
Título: União busca novo nome para conselho da Petrobras	32
Título: STJ derruba liminar e venda da TAG pode ser retomada	34
Título: Curtas	35

VEÍCULO: O Globo

Data: 17/01/2019

Seção: O País

Autor: Jussara Soares E Patrik Camporez

Título: Ministro quer isentar quatro países de visto

Estados Unidos, Canadá, Austrália e Japão estão na lista do titular da pasta do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio; ele também pretende usar o Rio de Janeiro como um exemplo para a expansão do setor no Brasil

O ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, pretende implementar medidas que poderão atrair mais visitantes ao Brasil no curto prazo. Ele afirma que já está avaliando os procedimentos necessários para propor a retirada da exigência de visto a turistas de quatro países: Estados Unidos, Canadá, Austrália e Japão. O tema já passa por análise conjunta de técnicos do Turismo e do Ministério das Relações Exteriores. — São países com risco migratório baixo, ótimos em turistas, bons emissores de gastos e que não têm problemas consulares. Nossa expectativa é potencializar o turismo e, consequentemente, a geração de emprego e renda no Brasil – afirma o ministro. Enquanto o presidente Jair Bolsonaro procura ajustar sua política externa em relação à China, o maior parceiro comercial do Brasil, o ministro do Turismo também manifesta o desejo de facilitar a emissão de vistos para turistas chineses, exigindo deles apenas o documento eletrônico.

A medida, no entanto, ainda passa por estudos. Marcelo Álvaro argumenta que a China, como um dos principais polos de turismo do mundo, não pode ficar de

fora das novas medidas do governo. O Rio de Janeiro pode ser usado como espécie de laboratório do governo para a implementação de um conjunto de políticas públicas que fortaleçam o setor a partir do combate à violência. O ministro vem discutindo com o ministro da Justiça, Sergio Moro, a criação de um grupo interministerial para lidar com os graves problemas de segurança que impactam o número de visitantes ao Brasil. Em uma conversa recente com Moro, o ministro diz ter citado o exemplo da Colômbia, que conseguiu, com investimento em inteligência policial e políticas sociais, superar o passado de violência dos cartéis de droga para se tornar um dos destinos turísticos mais procurados dos últimos anos na América Latina.

— Obviamente a segurança pública é fundamental para que a gente consiga atrair turistas estrangeiros para o Brasil. O ministro Moro recebeu de forma muito aberta a proposta de estudar os casos de cidades da Colômbia e se disse disposto até a implantar alguns pilotos no Brasil. O Rio poderia receber esse piloto. Estamos estudando o assunto — disse Marcelo Álvaro. As experiências de Bogotá e Medellín seriam os “guias” do trabalho que o governo estuda fazer no Rio. — São modelos exitosos (na Colômbia) que tiraram aquelas duas cidades do caos e hoje são referências mundiais em relação a urbanismo e segurança pública. A própria segurança cidadã potencializou o turismo de forma exponencial. A segurança pública precisa ser tratada com o braço duro do Estado, com repressão, mas também com o braço social, para que a gente possa conseguir dar uma nova oportunidade para adolescentes e jovens que vivem nas comunidades — disse o ministro.

O trabalho de reorganização da segurança, um dos grandes desafios do governo Bolsonaro, não deve amenizar as dificuldades para o Turismo no curto prazo. Um dos principais destinos de visitantes no litoral, o Ceará sofre desde o início do ano com uma onda de ataques criminosos ordenados por facções que dominam os presídios no estado. Deputado federal mais votado por Minas Gerais, com forte influência na bancada evangélica, Marcelo Álvaro estabeleceu, ao assumir a pasta, a meta audaciosa de aumentar, em quatro anos, em US\$ 21 bilhões a receita do turismo no Brasil. Para isso, ele aposta em duas frentes: aumentar o contingente de turistas estrangeiros e criar condições para o brasileiro viajar dentro do próprio país.

US\$ 18 BILHÕES

Pelos cálculos do ministério, é possível triplicar a receita anual com turistas estrangeiros, de US\$ 6 bilhões para US\$ 18 bilhões. Em outra frente, a meta é reter metade da receita deixada pelos brasileiros no exterior, melhorando as condições de turismo interno. A pasta é uma das mais enxutas da Esplanada. Funciona de forma agregada no segundo andar do **Ministério de Minas e energia**. Mesmo assim, Marcelo Álvaro diz que há espaço para corte de gastos

e que, assim como Bolsonaro, pretende governar pelo exemplo: — Estamos adotando uma série de mudanças de austeridade, fazendo revisão de todos os contratos de marketing, de TI e com terceirizados. Vamos propor um enxugamento de 25% a 30% ainda nos primeiros cem dias de governo. Ele pretende “colocar o turismo no centro da agenda econômica” do Brasil. — Bolsonaro enxergou isso ao manter o ministério.

VEÍCULO: O Globo

Data: 17/01/2019

Seção: Economia

Autor: Eliane Oliveira E Daiane Costa

Título: Brasil busca aliança contra cotas da UE para aço

País pretende se unir a outras nações exportadoras do produto que serão atingidas pela limitação às importações no mercado europeu, confirmada ontem. Brasil pode perder até US\$ 100 milhões em vendas

BRASÍLIA E RIO- O governo brasileiro pretende se unir às demais nações exportadoras de aço que serão atingidas pela limitação das importações do produto pela União Europeia, prevista para entrar em vigor no dia 2 de fevereiro, para forçar o bloco a voltar atrás na medida protecionista. A coalizão começará a ser costurada na próxima semana em conversas paralelas ao Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça. Entre os países afetados pela decisão, confirmada ontem pela UE, estão, além do Brasil, China, Índia, Rússia, Coreia do Sul e Ucrânia.

Segundo uma fonte do governo brasileiro, esse arranjo é um dos caminhos para evitar que sete produtos siderúrgicos brasileiros sofram uma sobretaxa de 25% no caso de a quantidade embarcada para UE ultrapassar a cota a ser definida pelo bloco com base em uma média de vendas dos últimos três anos mais 5%.

O governo brasileiro abriu duas outras frentes estratégicas. Na esfera bilateral, tenta um acordo com a UE para a exclusão de alguns produtos. Outra, multilateral, é a abertura de consultas à Organização Mundial do Comércio (OMC). Nesse caso, se as partes não chegarem a um entendimento, o governo brasileiro pedirá a instauração de um painel, ou comitê de arbitragem. Se os árbitros derem ganho de causa ao Brasil, poderão autorizar algum tipo de retaliação para compensar os prejuízos.

RESTRIÇÃO VALE ATÉ 2021

Segundo o presidente do Instituto Aço Brasil (IABr), Marco Polo de Mello Lopes, o setor deve deixar de faturar entre US\$ 90 milhões e US\$ 100 milhões por ano com as barreiras, cerca de 12% do faturamento total (US\$ 800 milhões)

registrado no ano passado com a exportação para a Europa dos produtos que ganharam cotas.

— Qualquer perda sempre é muito. Qualquer medida protecionista restringe meu potencial exportador — disse Lopes.

— E, paralelo a isso, temos de proteger nosso mercado, pois somos o único continente que não impõe barreiras.

Há dúvidas entre os órgãos governamentais brasileiros envolvidos na questão se a salvaguarda europeia vai atrapalhar o fechamento das negociações para um acordo de livre comércio entre Mercosul e União Europeia, que já dura duas décadas.

O governo brasileiro vinha tentando excluir da lista alguns itens da indústria nacional ainda antes de a UE confirmar ontem as novas barreiras, seguindo os passos dos EUA, mas não teve sucesso. Em nota, o Itamaraty reiterou ontem que "continuará atuando com todo o empenho na defesa dos interesses dos exportadores brasileiros".

Em março do ano passado, o governo de Donald Trump anunciou a sobretaxa a importações de aço em 25%. Brasil, Argentina e Coreia do Sul concordaram com cotas fugir da tarifa no mercado americano. Agora são os europeus que querem proteger suas siderúrgicas, em franca decadência no continente com o baixo custo dos importados.

A restrição a sete produtos de aço vai valer até julho de 2021. Os semiacabados, maior volume do que é vendido aos europeus (dois milhões de toneladas em 2018), ficaram de fora. Dos produtos siderúrgicos exportados anualmente pelo Brasil, 18% vão para a UE.

VEÍCULO: O Globo

Data: 17/01/2019

Seção: Mundo

Autor: Janaína Figueiredo E Eliane Oliveira

Título: Frente antichavista

Brasil articula transição na Venezuela com oposição a Maduro

RIO E BRASÍLIA- Três importantes líderes da oposição venezuelana no exílio desembarcaram ontem à noite em Brasília para articular com o governo brasileiro a transição na Venezuela, cujo presidente, Nicolás Maduro, não teve a posse em seu novo mandato, na semana passada, reconhecida por mais de 40 países, entre eles o Brasil. O ex-prefeito de Caracas Antonio Ledezma, o ex-

presidente da Assembleia Nacional (AN) Julio Borges, e o número dois do partido Vontade Popular (VP), Carlos Vecchio, se encontrarão hoje com o chanceler Ernesto Araújo. O time opositor será reforçado pelo presidente do Tribunal Supremo de Justiça (TSJ) no exílio, Miguel Ángel Martín, que chega hoje a Brasília, onde também será recebido por Araújo.

APOIO A PRESIDENTE DA AN

A chegada dos opositores a Maduro ocorreu no mesmo dia em que os presidentes do Brasil, Jair Bolsonaro (PSL), e da Argentina, Mauricio Macri, tiveram seu primeiro encontro, em Brasília, e reforçaram a necessidade de redobrar esforços — junto com sócios importantes no continente como Chile, Peru e Colômbia — na busca de um governo legítimo para os venezuelanos. Os quatro opositores vivem no exílio e representam uma facção da oposição que frequentemente discorda da que ficou no país.

A crise na Venezuela ocupou um espaço central na agenda de Macri e Bolsonaro. Ambos os chefes de Estado analisaram vários cenários diplomáticos, políticos e até mesmo militares, disse ao GLOBO uma fonte que acompanhou de perto as conversas. Um dos cenários possíveis seria o eventual reconhecimento de um "presidente encarregado" que poderia ser designado pelo TSJ no exílio. Neste caso, o nome cotado para ocupar o vazio de poder já declarado pela corte é Juan Guaidó, recentemente designado presidente da AN e alvo de intensas perseguições e ameaças por parte do regime de Maduro.

A AN, controlada pela oposição desde 2015, teve seus poderes retirados pelo chavismo. Dias atrás, ela declarou Maduro "usurpador" por, segundo acusações, ter sido reeleito em maio de 2018 por meio de fraude, numa eleição boicotada pela oposição.

— A Venezuela precisa de uma liderança legítima, ambos os presidentes concordaram com isso — frisou a fonte.

Segundo outras fontes brasileiras e argentinas, os dois governos concordaram em acompanhar de perto as próximas ações opositoras em Caracas, sobretudo as previstas para 23 de janeiro, quando os venezuelanos comemoram a queda da ditadura de Marcos Pérez Jimenez (1952-1958). O atual presidente da AN terá um papel de protagonismo na nova ofensiva da oposição, que poderá incluir marchas e reuniões públicas, apesar do risco de uma onda de detenções. Guaidó é do VP, mesmo partido de Carlos Vecchio, que chegou ontem ao Brasil.

A avaliação em Brasília é que a situação na Venezuela nunca esteve tão grave. O governo brasileiro mantém o olho nos passos dados por Guaidó. Como o

Brasil já declarou, no âmbito do Grupo de Lima(formado por 14 países do continente), que não reconhece o governo de Maduro, a expectativa é que, se Guaidó for declarado presidente interino, não ficará isolado e contará com o apoio da maioria dos vizinhos.

Macri e Bolsonaro conversaram, ainda, sobre uma possível reunião de chanceleres na Organização de Estados Americanos (OEA). Segundo fonte da Casa Rosada, os dois chefes de Estado também conversaram sobre a situação dos imigrantes venezuelanos, principalmente no Brasil. Macri foi contundente em sua condenação ao regime de Maduro.

— Compartilhamos da preocupação com os venezuelanos. Não aceitamos ditadura na democracia. A comunidade internacional já se deu conta. Maduro é um ditador que se perpetua no poder com eleições fictícias, encarcerando opositores. Reiteramos que reconhecemos a Assembleia Nacional como a única instituição legítima da Venezuela, eleita democraticamente — afirmou o líder argentino.

OLHO NO TELEPROMPTER

Bolsonaro, que usou teleprompter em todos os seus discursos, falou antes do visitante e também condenou o regime chavista.

— Estamos comprovando nossa convergência de posições e nossa identidade de valores. Com essa identidade que atuaremos conjuntamente na defesa da liberdade e da democracia na nossa região. Nossa cooperação na questão da Venezuela é o exemplo mais claro do momento. As conversas de hoje só fazem reforçar minha convicção de que o relacionamento entre Brasil e Argentina seguirá avançando no rumo certo, no rumo da democracia, da liberdade, da segurança e do desenvolvimento — disse.

Fontes em Brasília indicam que o governo brasileiro enfrenta limitações para tomar medidas mais duras contra a Venezuela, como já fizeram outras nações. Ao menos três fatores impedem uma atuação num tom acima do transmitido pelo governo: o Brasil tem uma fronteira de mais de 2.000 km com a Venezuela; Roraima depende da energia daquele país; e a legislação nacional não seria "tão vasta" como a de vizinhos para a aplicação de vários tipos de sanções.

(Colaboraram Karla Gamba, Jussara Soares e Marcello Corrêa, de Brasília)

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 17/01/2019**Seção:** Tendências e Debates**Autor:** Rubens Figueiredo**Título:** O fim do mundo que só eu vi?

Foi sob Dilma que Brasil esteve perto da inviabilidade

Cientista político pela USP e diretor da consultoria Cepac

Cada um sacode como pode. O ex-ministro da Educação do governo Dilma Rousseff Renato Janine Ribeiro escreveu nesta Folha um artigo (“Qual é a coalizão do governo Bolsonaro”, 16/1) no qual afirma que fazia tempo que o Brasil não se encontrava tão perto da entropia, da possibilidade de se inviabilizar, de entrar em colapso “para sempre”.

Escreveu também que a direita só ganha com outsiders, colocando no mesmo balaio Jânio Quadros, Collor, Bolsonaro e, pasme, FHC.

O filósofo está muito impaciente. Afinal, Bolsonaro tem 15 dias de governo. Mas o momento no qual o Brasil esteve muito, mas muito mais perto mesmo, de se inviabilizar, de entrar em colapso para sempre, foi exatamente no governo Dilma, ao qual Janine Ribeiro serviu. A sucessão de disparates é inigualável. Para se ter ideia, entre 2007 e 2014, os gastos do governo federal cresceram cerca de 50% acima da inflação!

Naquele período, diminuíram a taxa de investimento e a produtividade. O intervencionismo desenvolvimentista interveio, mas não desenvolveu. Estima-se que, entre 2012 e 2015, as desonerações causaram uma perda de R\$ 320 bilhões em receitas. Um técnico do governo declarou que “teria sido melhor ter pegado todo esse dinheiro, colocado em um helicóptero e jogado sobre a favela da Rocinha”.

No setor elétrico, a “entropia” chegou ao máximo. Em setembro de 2012, Dilma requisita rede nacional de rádio e TV para anunciar, com a grandiloquência de praxe, a redução das tarifas de energia elétrica: 16,2% para residências e 28% para o setor produtivo.

A ação desastrosa desestruturou o sistema elétrico nacional, e a conta não tardou a chegar: em 2014 a energia aumentou 17%, e em 2015, 51%. A Eletrobras passou de um lucro de US\$ 6 bilhões em 2008 para um prejuízo de US\$ 14 bilhões em 2015.

A expansão social e a melhoria da qualidade de vida, iniciadas no governo FHC com a estabilização da moeda e continuadas no bom momento econômico dos governos Lula, iniciaram uma curva de reversão. A inflação atingiu dois dígitos em 2015, ano em que a desigualdade também aumenta fortemente. Desperdiçou o número de trabalhadores com carteira assinada, que significava a ascensão à festejada nova classe média.

O Brasil esteve muito perto de se inviabilizar, isso sim, quando mergulhou na maior crise econômica da sua história. Quando o PIB caiu 7,2% em dois anos, quando o desemprego alcançou 12,5 milhões de pessoas, quando as autoridades econômicas do governo Dilma não tinham noção de qual era o déficit público do país, quando se lançava mão de “pedaladas” para enganar o Tribunal de Contas da União, quando a Petrobras quase quebrou, quando se inventou a contabilidade criativa.

E o que dizer do BNDES e os campeões nacionais, entre eles Eike Batista e os irmãos Batista da JBS? Dos investimentos a fundo perdido em países como Cuba, Namíbia, Angola e Moçambique? Da criação da empresa estatal do trem-bala? Da “companheirada”? Isso para não falar na “turboentropia” do raciocínio da presidente da época, na incapacidade de pronunciar uma frase com sujeito, verbo e predicado. Do ministro do Turismo e as fotografias com a Miss Bumbum em seu gabinete? Estocar vento? Não tem meta depois dobra a meta? Isso sim é o fim do mundo.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 17/01/2019

Seção: Tendências e Debates

Autor: Thiago de Aragão

Título: O benefício da dúvida e a espera por uma narrativa

Há boa vontade do investidor externo com governo

Mestre em relações internacionais pela SAIS-Johns Hopkins (EUA) e consultor político de fundos estrangeiros de investimentos no Brasil

A eleição de Jair Bolsonaro marca um ponto de virada nos rumos da economia pela promessa que traz de uma redução radical do aparelho estatal e do impacto que representava sua interferência na economia.

No momento em que o crescimento da economia mundial desacelera, o Brasil desperta um forte interesse do investidor externo. No último dia 8, o Banco Mundial divulgou o relatório semestral Perspectivas da Economia Global com um título pouco alvissareiro: Darkening Skies (“Céus Escurecendo”). A economia

chinesa aprofunda o processo de acomodação com menos crescimento e se fala numa possível recessão nos EUA no fim deste ano.

Se por um lado menos crescimento no mundo é uma má notícia, por outro representa uma oportunidade para o país. Na América Latina, nossa economia oferece mais que as de Argentina e México; nossos indicadores macroeconômicos estão bem ajustados. Fechamos 2018 com inflação abaixo da meta, e o déficit em transações correntes deve ficar próximo a 1% do PIB. A economia cresce aquém do seu potencial, mas cresce.

O real se aprecia frente ao dólar, a Bolsa sobe, e a Selic se mantém em seu nível mais baixo da história. O que destoa são os indicadores fiscais. O déficit nominal do setor público passa dos 7% do PIB.

O investidor estrangeiro busca agora uma boa desculpa para trazer seus recursos ao Brasil. Essa desculpa tem nome e sobrenome: reforma da Previdência.

O que ainda não surgiu foi uma narrativa uníssona em torno da reforma. As vantagens de sua aprovação são conhecidas. No dólar podemos calcular 50 centavos a menos com ela aprovada e 50 centavos a mais sem ela. Há uma espera silenciosa por uma leve coordenação de narrativas a partir do Palácio e do Ministério da Economia. Segundo um histórico investidor americano: “Não precisam dar detalhes sobre conteúdo, precisam dar detalhes de que estão na mesma página”.

Hoje o governo ainda tem o benefício da dúvida. Nem Dilma nem Temer tiveram essa vantagem.

Além da reforma, tenho ouvido que uma reforma tributária seria uma linha paralela perfeita, por mais difícil que seja colocá-la alinhada com a da Previdência. Além da independência do BC, a cessão onerosa e a privatização da Eletrobras (não acreditam muito na da Petrobras). A simplificação tributária é muito aguardada, embora de forma cética, pois há a noção de que no Brasil a “burocracia cresce para sustentar o crescimento da burocracia”.

Sobre os novos nomes, interessante perceber que o de Marcelo Guaranys gerou otimismo apenas menor do que o do próprio Paulo Guedes. A razão é o desconhecimento em relação a Onyx Lorenzoni. Parte do mercado vê que Guaranys na Secretaria Executiva é a forma mais eficaz de mostrar aos secretários e ao ministro como a máquina burocrática e a cabeça dos parlamentares funcionam.

Há anos os olhos do mercado externo não prestavam tanta atenção em um Ministério da Economia. Olha-se também a Casa Civil, mas apenas como

viabilizadora. A confiança depende dessa coordenação, pois o benefício da dúvida não costuma durar tanto.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 17/01/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: Petrobras confirma que indicado para seu conselho renunciou

São Paulo- A Petrobras confirmou nesta quarta-feira (16) que recebeu carta de renúncia de John Milne Albuquerque Forman à sua indicação para membro do conselho de administração da companhia.

O nome do geólogo, sugerido pelo governo de Jair Bolsonaro, havia sido anunciado na segunda-feira (14), juntamente com os do economista João Cox e do almirante Eduardo Bacellar Leal Ferreira, que deve assumir a presidência do colegiado.

Mas já no dia seguinte Forman informou, em rede social, que decidiu não aceitar o convite, após a publicação de reportagens sobre sua condenação na CVM (Comissão de Valores Mobiliários) por uso de informação privilegiada em negociações na Bolsa em 2013.

Ele questiona na Justiça a decisão, sob o argumento de que a condenação foi feita sem provas suficientes.

"Forman agradeceu o convite para participar do conselho e informou que as razões para tal decisão são de ordem pessoal, visando evitar constrangimento ou problema para a companhia", disse a Petrobras em nota.

Forman foi conselheiro da petroleira HRT (hoje chamada PetroRio) entre 2009 e 2012. Em setembro de 2016, foi condenado pela CVM a pagar multa de R\$ 338.500 por uso de informações privilegiadas na venda de ações da companhia antes da divulgação de notícias negativas em 2013.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 17/01/2019

Seção: Mercado

Autor: Lucas Neves

Título: UE vai prolongar restrições ao aço brasileiro

Paris- A Comissão Europeia aprovou, nesta quarta-feira (16), um pacote de barreiras a importações de derivados do aço que atinge a indústria siderúrgica brasileira.

Em votação não unânime, o braço executivo da União Europeia decidiu estender por mais dois anos e meio salvaguardas em vigor desde julho de 2018 que visam proteger a produção do bloco.

A medida é tomada após a imposição de tarifas pelos EUA.

São fixadas cotas para 28 categorias de artigos, como laminados, tubos e materiais para rodovias. O Brasil está sujeito a sete delas. Em três (laminados a frio, folhas metálicas e perfis), há tetos específicos, enquanto nas outras quatro o Brasil disputará uma fatia do montante definido sob a rubrica "outros países".

A título de comparação, as importações turcas foram limitadas em 17 categorias, as chinesas, em 16, e as indianas, em 15. Em todos os casos, se os índices apontados forem ultrapassados, será cobrada uma sobretaxa de 25%.

Em notificação enviada à OMC (Organização Mundial do Comércio) no começo deste mês, a Comissão Europeia comunicara sua disposição em prolongar as barreiras à entrada de produtos estrangeiros ao menos até junho de 2021.

Segundo tabela preparada pelos europeus, os tetos de importação serão elevados em 5% a cada ano.

De acordo com o órgão, a indústria siderúrgica do bloco ainda não se recuperou integralmente da recente crise do setor, e a abundância de mercadoria de fora fragiliza o restabelecimento da atividade no perímetro europeu.

Um levantamento da comissão mostrou que as importações de aço cresceram significativamente na UE nos últimos anos.

Entre o segundo semestre de 2017 e o primeiro de 2018, as compras dos principais derivados do aço pularam de 14,5 milhões de toneladas para 17,4 milhões de toneladas

Em 2018, o Brasil exportou 2,1 milhões de toneladas de produtos siderúrgicos para a União Europeia, 15% do total enviado para fora do país. Quase 57% desse volume é de artigos semiacabados, segundo o Instituto Aço Brasil.

Em comunicado divulgado após a votação, a Comissão Europeia disse que "as medidas de salvaguarda se equilibram entre os interesses dos produtores europeus de aço e os dos compradores".

Segundo anota, o processo de implementação será agora finalizado a fim de que, em fevereiro, as cotas vigentes desde julho passado ganhem caráter definitivo.

Diplomatas brasileiros pretendem continuar as negociações com autoridades europeias para tentar eliminar ou ao menos atenuar algumas dessas barreiras. O Brasil contesta a imposição de um teto para a categoria de laminados a quente de aço inoxidável.

O país argumenta que o montante exportado atualmente é negligenciável e que, por isso, não precisaria ter sido fixado um limite. O bloco pensa diferente.

Em nota, o Itamaraty disse que as salvaguardas afetam as vendas brasileiras e que defenderá o interesse das exportadoras.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 17/01/2019

Seção: Colunas

Autor: Celso Ming

Título: As direitas nacionalistas e a encalacrada do Brexit

Depois da rejeição acachapante do acordo do Brexit no Parlamento e depois da rejeição da moção de censura da primeira-ministra Theresa May, o Reino Unido está imerso numa encalacrada. Mas, provavelmente, essa encalacrada funcionará como primeira grande derrota da onda de nacionalismos inconsequentes e de xenofobia que vem se alastrando pela Europa e pelos Estados Unidos.

Tudo começou com um erro de cálculo do então primeiro-ministro David Cameron que, em 2016, convocou um plebiscito para rejeitar de uma vez a separação da União Europeia e varrer do espectro político a guinada à direita que crescia no Reino Unido. Mas Cameron havia subestimado a insatisfação dos eleitores. A decisão de colocar em marcha o Brexit foi aprovada por 52% e não houve remédio senão iniciar a negociação dos termos do divórcio com a União Europeia.

De lá para cá, se houve alguma novidade foi a de que a população tomou consciência de que os custos de uma separação, ainda que amigável, são muito mais altos do que as limitações à soberania e os preços a pagar pela integração econômica, política e social cobrados pela União Europeia.

Os estados nacionais já não conseguem entregar os benefícios do bem-estar social prometidos a seus cidadãos; a indústria migra para onde os custos da mão de obra são mais baixos; e a maior facilidade das comunicações e dos

transportes favorece a migração dos povos e mina a zona de conforto das populações locais. Mas isso tem a ver com as grandes mudanças demográficas e tecnológicas que tomaram a economia mundial – e não com a drenagem de renda proporcionada pela globalização.

A rejeição do acordo do Brexit não deixa saídas fáceis. Há quem defenda um novo acordo, uma solução improvável quando ninguém até agora apresentou plano melhor do que o apresentado pela primeira-ministra Theresa May e quando não há disposição dos sócios da União Europeia de novas concessões relevantes ao Reino Unido. Em todo o caso, é preciso ver o plano B que May prometeu apresentar nesta segunda-feira.

Outra saída seria o Brexit duro, a separação unilateral, sem acordo. Opção caótica de enormes custos econômicos e sociais que, além disso, não apontaria nenhuma solução para a questão das fronteiras entre as duas Irlandas nem para a situação dos cidadãos do Reino Unido que vivem na União Europeia ou dos cidadãos da União Europeia que vivem no Reino Unido.

Há quem defenda a convocação de novo plebiscito para revogar o anterior e sacramentar a desistência do Brexit. Como, no entanto, garantir o resultado desejado e evitar que se repita a surpresa eleitoral que vitimou Cameron? A ideia de adiar os efeitos do artigo 50 do Tratado de Lisboa e com ele a data-limite (29 de março) para o início do Brexit só faria sentido se houvessem condições para novo acordo e, outra vez, se os ingleses tivessem clareza sobre as condições da separação.

Os demais movimentos separatistas ou as direitas nacionalistas baseiam-se no pressuposto de que a integração não presta. Agora se vê que os custos dessa independência são mais insuportáveis. A conclusão parece inevitável: quando não há coisa melhor, mantenham-se as condições da união conjugal.

Chuvas de menos

A tabela ao lado mostra a situação dos reservatórios do subsistema Sudeste/Centro-Oeste. O volume das reservas no dia 15 era de apenas 28,56%, abaixo da média histórica. E números abaixo da média se repetem nos demais subsistemas. Dezembro e janeiro vêm mostrando índices pluviométricos insuficientes. Ainda temos esse resto de janeiro, fevereiro e as águas de março. Mas

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 17/01/2019****Seção: Economia****Autor: Luciana Collet****Título: Enel vende por R\$ 2,9 bi usinas renováveis a chinesa**

O braço de energia renovável do grupo italiano Enel no Brasil, a Enel Green Power Brasil Participações, acertou a venda de 100% de três usinas para a chinesa CGN Energy International Holdings Co. Limited (CGNEI). O valor total da transação foi R\$ 700 milhões (cerca de R\$ 2,9 bilhões). Os três ativos negociados somam 540 MW e já estão em operação: os parques solares Nova Olinda (292 MW), localizado no Estado do Piauí, e Lapa (158 MW), na Bahia, além do parque eólico Cristalândia, de 90 MW, também na Bahia.

As três usinas possuem contratos de venda de energia de longo prazo (PPAs) em vigor. Lapa e Nova Olinda estão apoiadas por contratos de fornecimento de 20 anos que preveem a venda de volumes específicos de energia gerada pelas usinas para a Câmara de Comercialização de energia Elétrica. Cristalândia é apoiada por PPAs de 20 anos com um pool de distribuidoras brasileiras.

A Enel destacou, em comunicado, que a operação está em linha com o plano estratégico do grupo para o período 2019- 2021, alternando ativos para disponibilizar recursos que podem ser investidos em novos projetos, enquanto permanece nas atividades de operação e manutenção dos ativos vendidos. "O mercado brasileiro de energias renováveis é rico em oportunidades para o grupo, que quer seguir crescendo no País", afirmou a companhia.

O responsável pela Enel Green Power, Antonio Cammisecra, afirmou, em nota, que a companhia segue focada nas oportunidades oferecidas pelo mercado de energia renovável no Brasil e investindo de forma contínua no País. "Com a venda desses ativos, estamos captando valor para nosso crescimento no Brasil, onde estamos implementando um grande conjunto de projetos renováveis", declarou.

Segundo ele, a Enel Green Power vai desempenhar um papel ativo por meio do desenvolvimento de novos projetos e da gestão do conjunto de plantas em operação. A conclusão da venda está prevista para até o fim do primeiro trimestre, sujeita ao cumprimento de condições prévias, incluindo a aprovação das autoridades antitruste brasileiras. Os valores estão sujeitos a ajustes em linha com as práticas padrão de mercado para esse tipo de transação.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 17/01/2019****Seção: Economia****Autor: Jamil Chade CORRESPONDENTE /GENEBRA****Título: UE impõe barreiras ao aço e afeta Brasil**

Países terão uma cota para exportar produtos siderúrgicos à União Europeia; quantidade que ultrapassar o limite terá taxa extra de 25%

Os países da União Europeia decidiram ontem impor novas barreiras contra o aço brasileiro e de outros países, em linha com o que já fez o presidente norte-americano Donald Trump. Todas as importações de aço ficarão sujeitas a uma cota até julho de 2021. O volume que ultrapassar o teto será taxado em 25%. Os países da União Europeia respondem por 18% das exportações brasileiras de aço.

O bloco já havia instituído provisoriamente medidas de "salvaguarda" sobre as importações de produtos siderúrgicos em julho do ano passado, com prazo até 4 de fevereiro. As medidas agora serão ampliadas. Em Genebra, diversos governos já falam em uma ação conjunta na Organização Mundial do Comércio contra Bruxelas.

A medida, segundo os europeus, é uma resposta ao fluxo de produtos siderúrgicos que passou a inundar o mercado local depois que o governo Trump decidiu erguer barreiras ao aço mundial. Com isso, dizem os europeus, a produção que teria o mercado americano como destino foi redirecionada para a Europa.

O Brasil exportou em 2018, 14 milhões de toneladas de produtos siderúrgicos, o que equivale a US\$ 8,9 bilhões. Desse total, 2,1 milhões de toneladas de produtos siderúrgicos foram exportados para a União Europeia, cerca de US\$ 1,4 bilhão.

Pela proposta da Comissão Europeia, um total de 26 produtos siderúrgicos seriam taxados. A China sofrerá restrições em 16 produtos diferentes, contra 17 da Turquia e 15 da Índia. No caso do Brasil, sete produtos dos 26 possíveis serão alvos de barreira, entre eles chapas, lâminas e certos tubos.

"Tentamos conseguir um equilíbrio entre os interesses dos produtores europeus de aço e seus usuários", diz a nota da UE. O bloco também insistiu que não visou qualquer país em específico. Para o Brasil, a cota oferecida para laminados, por exemplo, começará com 168 mil toneladas e, em três anos, passaria para 176 mil toneladas. Ucrânia e Coreia terão uma cota maior, com base em sua participação no mercado.

No setor de folhas metálicas, a cota ao Brasil é de cerca de 50 mil toneladas, enquanto a China ganhará uma cota de mais de 400 mil toneladas. Tudo o que passar desses volumes receberá uma taxa extra de 25%, o que praticamente inviabilizaria a exportação nacional.

Entre 2013 e 2018, os europeus alegam que os produtos importados passaram de uma fatia de 12% do mercado local para 18%. Em volume, a importação praticamente dobrou. Diplomatas brasileiros confirmaram que estão em negociações com a Comissão para tentar excluir um ou dois produtos.

Resistência. Nem todos na UE, porém, estão satisfeitos com a medida. Numa carta enviada ainda no início do processo de investigação, no ano passado, indústrias europeias que usam aço alertaram que a imposição de novas barreiras "não era de interesse da Europa". .

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 16/01/2019

Seção: Economia

Autor: Marília Sena

Título: Duto é consertado, mas preços sobem

A Transpetro, subsidiária da Petrobras, informou ontem que o duto que traz combustível para o Distrito Federal e Goiás foi consertado e não há risco de desabastecimento na região. No último sábado, o envio de gasolina da Refinaria de Paulínia (SP) para o DF foi interrompido pela perfuração do duto em uma tentativa de roubo.

Apesar da normalização, os preços na capital continuaram a aumentar ontem. Levantamento feito pelo Correio em 30 postos mostra aumentos contínuos nos últimos três dias. Até estabelecimentos que resistiam e mantinham a promoção abandonaram o preço baixo. No Ipiranga do Eixo W Norte, onde a fila de carros chamava a atenção até a última terça-feira, o preço subiu. O combustível que custava R\$ 3,73 passou, como na maioria dos postos do Plano Piloto, para R\$ 4,15.

Em alguns estabelecimentos, a alta soma R\$ 0,66. Em apenas dois postos pesquisados no Plano Piloto o produto estava sendo vendido a menos de R\$ 4. O melhor preço foi encontrado em estabelecimentos da Estrada Parque Taguatinga (EPTG), onde o produto estava a R\$ 3,95. Até os postos que mantinham as promoções restringiram a venda com valor mais baixo a quem pagava em dinheiro ou débito. O uso de cartão de crédito acarretava aumento de até R\$ 0,25 no litro.

Segundo o presidente do Sindicombustíveis, Paulo Tavares, com o conserto do duto, a distribuição da gasolina aos postos começou a ser normalizada ontem. De acordo com ele, a alta dos preços é devido ao fim das promoções nas distribuidoras. “Com a perfuração no duto, as distribuidoras pararam de bancar os descontos, conseqüentemente, a gasolina ficou mais cara”, disse.

Na opinião de Tavares, as promoções podem demorar a voltar. Ele afirma que, com o fim do estoque de algumas distribuidoras e o aumento do combustível nas refinarias, para R\$ 1,49, será impossível favorecer os consumidores. “Pode ser que a gasolina fique ainda mais cara, a não ser que as distribuidoras voltem a nos dar condições”, afirmou.

A explicação dos gerentes para a alta, no entanto, divergem. Enquanto alguns justificam o aumento pelo reajuste nas distribuidoras, outros dizem que elevaram preços para acompanhar a concorrência. “Estão todos aumentando, então também vamos aumentar”, disse um profissional.

* Estagiária sob supervisão de Rozane Oliveira

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/01/2019

Seção: Brasil

Autor: Assis Moreira | De Genebra

Título: UE confirma restrições contra aço

Os países da União Europeia aprovaram ontem o plano de restringir a importação de aço, mas o Brasil continuará insistindo para Bruxelas excluir produtos brasileiros. A UE estabeleceu limites para as importações. O que passar dos volumes fixados vai ser sobretaxado em 25%. As restrições vigoram a partir do dia 2 de fevereiro e devem durar até julho de 2021.

O **Valor** apurou que nem todos os países aprovaram a decisão. Um grupo de 20 países votou a favor; três foram contra e houve cinco abstenções. Porta-vozes da UE e da Eurofer (associação dos produtores europeus de aço) disseram que foram mantidos os elementos principais do texto já submetido pela UE à Organização Mundial do Comércio (OMC) na semana passada.

A UE argumenta que a medida limitando a entrada de 28 tipos de aço é necessária para evitar a inundação de aço estrangeiro que não consegue mais ser vendido nos EUA depois do fechamento do mercado por Donald Trump. A indústria automotiva europeia é a primeira a duvidar dessa inundação, que até agora não ocorreu.

A missão do Brasil em Bruxelas fez gestões com vários países, argumentando pela exclusão dos sete produtos brasileiros atingidos, sobretudo laminados planos de aço inoxidável e outros tubos sem costura. O primeiro porque nem sequer é exportado no volume mínimo de 3% da importação total. E o segundo porque já estava fora da salvaguarda preliminar.

As discussões do Brasil com a UE vão continuar em Bruxelas e Genebra. Mas ninguém ignora que, quando se trata de defesa comercial, os Estados-membros e a Comissão Europeia, o braço executivo da UE, agem bem mais unidos que em geral e fica difícil reverter uma decisão

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/01/2019

Seção: Brasil

Autor: Rafael Bitencourt | De Brasília

Título: Reajuste da tabela do frete será pelo IPCA

Uma das conquistas dos caminhoneiros após a paralisação de maio, a tabela de preço mínimo do frete rodoviário será atualizada na semana que vem usando como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), informou o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, a entidades que representam os profissionais. A vigência dos preços atuais se encerra no domingo (20).

O governo Jair Bolsonaro considera que poderá mudar o parâmetro de atualização da tabela no reajuste seguinte, programado para 20 de julho deste ano, após ter aprofundado as discussões técnicas com a categoria. A atualização do preço mínimo do frete está prevista para ocorrer a cada semestre.

Na reunião com os caminhoneiros, o ministro informou ainda que pretende estreitar a relação com a categoria. Essa proximidade, segundo ele, virá da abertura de canais de comunicação pelas redes sociais e de reuniões mensais no órgão.

Mesmo após a decisão do governo Michel Temer de subsidiar o diesel para segurar a cotação, a redução no preço dos combustíveis ainda é a principal reivindicação dos caminhoneiros brasileiros, de acordo com levantamento da Confederação Nacional do Transporte (CNT). Do total de entrevistados, 51,3% consideram essa demanda como a mais urgente da categoria.

O aumento e as oscilações no preço do diesel verificados no início do ano passado foram os principais motivos para a paralisação da categoria em maio, que comprometeu o abastecimento de dezenas de cidades e freou o crescimento da economia naquele período. Para pôr fim ao movimento, o

governo tomou uma série de medidas, como a subvenção do preço do diesel, que venceu no fim de dezembro, e a criação da tabela de preço mínimo do frete.

O levantamento indicou que o segundo maior pleito dos caminhoneiros é a necessidade de ações para oferecer mais segurança nas rodovias (38,3%). Os financiamentos oficiais, a juros mais baixos, para a compra de veículos constam como demanda de 27,4% dos trabalhadores, seguidos do pleito por aumento do valor do frete (26,2%).

A pesquisa foi realizada entre 28 de agosto e 21 de setembro de 2018. Ao todo, foram entrevistados mais de mil profissionais em todo o país, sendo 714 autônomos e 352 empregados de frota.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/01/2019

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Térmicas a biomassa têm proposta para elevar geração

Representantes do setor de bioenergia planejam discutir com a equipe energética do governo uma solução para o excedente da produção de termelétricas a biomassa, principalmente de cana-de-açúcar. As usinas do tipo em operação no país têm condições de gerar 30% a mais de energia, a partir de um volume maior de bagaço, possibilitando economia de 15 pontos percentuais nos reservatórios hidrelétricos das regiões Sudeste e Centro-Oeste e de R\$ 1,1 bilhão por ano aos consumidores, estima o setor. O problema é que hoje falta um mecanismo que remunere as usinas por essa geração adicional.

A alternativa proposta é a publicação pelo **Ministério de Minas e Energia (MME)** de portaria que possibilite às usinas declararem um valor adicional de garantia física - espécie de selo que assegura o total de energia que uma usina pode negociar. Na prática, a medida reconhece o potencial comercial do excedente, viabilizando a venda dessa energia.

Segundo o presidente-executivo da Associação da Indústria de Cogeração de Energia (Cogen), Newton Duarte, a expectativa é tratar do assunto com o ministério neste mês para tentar uma solução até fevereiro. Dessa forma, as empresas teriam tempo para se preparar para a safra da cana-de-açúcar, que ocorre de abril a novembro, que coincide com o período seco, de baixa do nível dos reservatórios hidrelétricos do país.

"Vamos tentar em conjunto definir uma regra para que possamos colocar em prática ainda para esta safra, que começará fortemente em abril deste ano", disse Duarte.

Sem a portaria, todo volume produzido além da garantia física da usina é liquidado no mercado de curto prazo, na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Com a liquidação travada por causa da inadimplência de R\$ 7 bilhões, causada por liminares contra despesas oriundas do risco hidrológico (GSF), as térmicas a biomassa não recebem pelo adicional.

Pela estimativa da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), em novembro de 2017, as térmicas movidas a bagaço de cana de açúcar acumulavam um crédito a receber de mais de R\$ 400 milhões nas liquidações do mercado de curto prazo.

Diante desse cenário, as térmicas estão deixando de produzir o excedente, que está sendo tratado como "energia sacrificada", diz o gerente de bioeletricidade da Única, Zilmar de Souza. "Esse problema de não resolver o GSF e não ter a garantia física adicional aderente ao setor de biomassa está sacrificando a modicidade tarifária, penalizando a conta do consumidor final, sem falar da questão da sustentabilidade", disse.

Com o impasse, a Raízen deixou de gerar na última safra cerca de 20% a mais de energia, cerca de 400 mil megawatts-hora (MWh). O volume seria suficiente para abastecer uma cidade com 800 mil habitantes, como Campo Grande (MS).

Para uma fonte do setor, a impossibilidade de receber pela geração excedente por biomassa é um dos "esqueletos" que estão sendo criados pelo problema do GSF.

No setor espera-se que o Congresso aprove já em fevereiro o projeto de lei que prevê solução para o GSF, oferecendo às geradoras hidrelétricas abrir mão das liminares que as protegem das despesas tendo, como contrapartida, extensão do contrato de concessão das usinas. Se o projeto passar, haverá ainda uma "janela" de seis meses até que os geradores analisem a proposta, façam a adesão e o mercado de curto prazo seja destravado, diz a fonte.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 17/01/2019****Seção: Opinião****Autor: Fernanda Delgado, Magda Chambriard e Pedro Gonçalves****Título: O otimismo cauteloso dos investimentos em óleo e gás**

O rumo da economia brasileira, a partir de janeiro de 2019, ainda está nublado. Declarações desencontradas entre o futuro Presidente da República e sua equipe econômica deixam o mercado apreensivo, o que resvalará no setor de óleo e gás de alguma forma. Decisões importantes estão na mesa e devem ser endereçadas com urgência, como a cessão onerosa e seu excedente, a rediscussão sobre o polígono do pré-sal, a quebra do monopólio de fato da Petrobras no refino, a nova Lei do Gás, entre outros.

Nos últimos dois anos mudanças importantes acontecerem nas atividades de E&P. Tanto o MME como a ANP estabeleceram medidas consistentes para o desenvolvimento das atividades de óleo e gás. Os resultados dos leilões dos blocos exploratórios comprovam a atratividade dos reservatórios nacionais, principalmente os do pré-sal. Todavia, embora os leilões não sejam por si só suficientes, eles representam o pontapé inicial para deslançar os desenvolvimentos esperados.

Nesse esteio, em cinco de dezembro (2018) a Petrobras lançou seu Plano de Negócios 2019-2023. Dito plano não trouxe novidades em relação aos anteriores, e apresentou investimentos da ordem de US\$ 84,1 bilhões para os próximos cinco anos, sendo a maior parte para a área de Exploração e Produção. Nele, nenhuma nova plataforma de produção (FPSO) foi anunciada, só as que estavam anteriormente previstas foram remanejadas. Serão 13 no total, a serem posicionadas nos campos da cessão onerosa (uma em Atapu, outra em Sépia, uma terceira em Itapu e três em Búzios), duas em Mero, duas referentes a revitalização de Marlim, uma em Sergipe-Alagoas (águas profundas), uma no Parque das Baleias e uma em Berbigão.

De nada adianta realizar licitações sistemáticas se a Petrobras não puder desenvolvê-las rapidamente

De fato, ao se analisar os investimentos que têm sido feitos no setor nos últimos dois anos, e a quantidade de unidades produtivas, o anunciado aumento de produção da empresa de apenas 10% para 2019, à primeira vista parece tímido.

Uma simples comparação entre o Plano de Negócios 2018-2022 com o atual já mostra discrepância. No quinquênio anterior, a empresa falava de 19

plataformas (média de 3,8 por ano). No atual, são 13, o que na média significa 2,6 por ano.

É verdade que as áreas adquiridas nas rodadas de 2017 e 2018, ainda estão por explorar, o que significa que não têm potencial para produzir óleo a curto e médio prazos, mas o excedente da cessão onerosa tem, uma vez que se trata de recursos em campos já declarados comerciais e em pleno estágio de desenvolvimento. Não há mais dúvidas sobre o potencial das áreas de Búzios, Sépia, Atapu, Sul de Sapinhoá e Norte de Sururu. Além disso, o rejuvenescimento de campos produtores no pós-sal da bacia de Campos também pode incrementar a produção no curto prazo. Todos esses ativos mencionados ou são da Petrobras, ou esta tem vantagem legal para adquiri-los.

Pelas projeções da FGV Energia (2018), para os próximos anos, a partir de 2023, antevê-se a entrada de cerca de 40 unidades produtivas (FPSO). Tal projeção considera os certames realizados até 2018, a realização do leilão do excedente da cessão onerosa e revitalizações pontuais em grandes campos da bacia de Campos. Para esse contexto, há projeção de entrada em produção de cerca de 3 a 4 plataformas por ano. Sendo assim, é de se cogitar que a Petrobras, ao acenar aos investidores com apenas 2,6 plataformas por ano, muito provavelmente o faz, de forma conservadora, tão somente por ainda não ser detentora dos ativos (ou parte deles) do excedente da cessão onerosa, uma vez que estes ainda não foram licitados. Se assim for, o que à primeira vista parece tímido, pode ser considerado adequado ou, no mínimo, prudente.

A se confirmarem estas projeções, a produção brasileira de petróleo poderá superar os quatro milhões de barris por dia, se a média de implantação de quatro plataformas por ano se confirmar. Para esse nível de produção, haverá a necessidade de um número considerável de sondas de perfuração, equipamentos subsea, embarcações de apoio marítimo e navios aliviadores de escoamento da produção, capazes de movimentar um mercado atualmente subvalorizado e subcontratado. Adicionalmente, para esse nível de produção também será necessário um grande esforço de logística para a exportação de óleo cru, caso o investimento do país em refino persista tímido.

Para efeito de comparação, em 2002/2003 o Brasil contava com duas sondas de perfuração para águas profundas, em 2012 eram 91 as sondas de perfuração marítimas, grande parte delas destinadas às águas profundas e ultra profundas. Já ao final de 2018 o levantamento da BHGE, Rig Count, referente ao mês de novembro de 2018 indicava nove sondas de perfuração marítima no Brasil. Também nessa linha está a potencial geração de emprego e renda oriundos das atividades exploratórias.

Vale destacar que, ao serem considerados os recursos estimados nas áreas recém licitadas do pré-sal, da cessão onerosa e do seu excedente, fala-se em aproximadamente 25 bilhões de barris de recursos petrolíferos a serem explorados e/ou desenvolvidos. Trata-se, portanto, de um volume substancialmente maior que as reservas provadas brasileiras, mexicanas, angolanas, colombianas, ou de outros tantos importantes países produtores de petróleo e gás. E a se confirmarem as estimativas apresentadas, a produção do Brasil será da ordem da produção do Iran, Iraque, Emirados Árabes, Canadá e China, o que significa uma colocação entre os 10 maiores produtores de petróleo do planeta.

Um outro ponto importante a ser endereçado vincula-se ao fato da capacidade do país de se planejar para atender a demanda que se apresenta. As necessidades de contratação de bens e serviços para a exploração e produção de petróleo e gás, para a logística de escoamento da produção, além dos prazos de entrega, dentre outros quesitos, certamente podem gerar gargalos para a indústria nacional, ou até mesmo uma competição para qual a mesma pode não estar preparada. Nesse ponto, é essencial um planejamento completo de país, otimizado e de longo prazo, que inclua os processos licitatórios na sua integra (incluindo calendário de rodadas, previsão de aquisição de bens e serviços, financiamentos e políticas públicas que garantam igualdade de oportunidades a fornecedores nacionais e estrangeiros, dentre outros itens). O posicionamento do Brasil como um dos principais protagonistas mundiais do setor petróleo depende disso.

Se é verdade que uma era de ouro se aproxima, também é verdade que nunca se falou tanto da finitude da vida útil do petróleo na matriz energética mundial, o que reforça a necessidade de planejamento não só da Petrobras, mas do país como um todo.

Dessa forma, ressalta-se a importância da cessão onerosa e do seu excedente, tanto para o incremento da produção do país como para a imprescindível geração de emprego e renda. Ressalta-se, também, que tal feito de produzir mais de quatro milhões de barris por dia de petróleo só será possível se a Petrobras como principal player do setor, realizar os investimentos necessários para que isso ocorra. De nada adianta realizar licitações sistemáticas se a empresa, detentora da prerrogativa legal de indicar áreas de seu interesse no pré-sal, não puder desenvolvê-las na velocidade que o Brasil precisa.

Fernanda Delgado é professora e Coordenadora de Pesquisa da FGV Energia

Magda Chambriard e Pedro Neves, da FGV Energia.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 17/01/2019****Seção: Empresas****Autor: Camila Maia | De São Paulo****Título: Paraná descarta privatizar Copel**

A nova gestão da estatal paranaense Copel vai se concentrar em resgatar o "DNA" da companhia, com foco nas atividades de geração, transmissão e distribuição. Uma eventual privatização não está nos planos do governo, disse o novo presidente da companhia, Daniel Pimentel Slaviero, em entrevista exclusiva ao **Valor**.

Indicado pelo governador Carlos Massa Junior, o Ratinho Junior, Slaviero veio do setor de telecomunicações. O executivo, que presidiu a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) por oito anos, ocupava o cargo de diretor de rede do SBT desde 2017, depois de ter sido diretor-geral da emissora em Brasília desde 2010. Sua carreira começou no grupo Paulo Pimentel, conglomerado de mídia do Paraná que pertencia ao ex-governador do Estado Paulo Pimentel - avô de Slaviero e também ex-presidente da estatal paranaense, entre 2003 e 2005.

"É um setor que, de certa maneira, não é totalmente estranho para mim", afirmou Slaviero, se referindo ao histórico do avô à frente da companhia, durante o segundo mandato de Roberto Requião no governo do Paraná. "Está sendo fascinante conhecer um setor tão complexo, mas tão estratégico para o Brasil e para a infraestrutura."

O primeiro passo de seu mandato será dar continuidade ao trabalho que vem sendo feito, com foco na redução de custos, gestão eficiente e conclusão do ciclo de investimentos iniciado no passado. "A diretriz do governador Ratinho Junior é que a Copel volte a seu DNA, volte às suas origens, que são gerar, transmitir e distribuir energia. Tudo que não estiver alinhado com esse propósito será reavaliado", disse o executivo.

Ele citou, como exemplos, as participações na Copel Telecom, sua subsidiária integral, e na Companhia Paranaense de Gás (Compagás), na qual tem 51%, que serão alvo de "estudo profundo" para possíveis desinvestimentos. Ativos de energia que não tenham sinergias com as operações principais da companhia também serão reavaliados.

"A privatização da Copel não está na agenda desse governo. A Copel é uma empresa eficiente, gerando caixa, tem seus objetivos de disciplina, economia e capacidade de alocação de capital, endividamento abaixo dos limites

contratuais", disse Slaviero. "Não vemos necessidade de privatização de uma empresa eficiente, que busca investimentos", completou.

Nos primeiros nove meses de 2018, a Copel teve lucro líquido de R\$ 1,05 bilhão, alta de 6,9% em relação ao mesmo intervalo de 2017. A receita subiu 11,4% no mesmo período, para R\$ 11,2 bilhões. O endividamento, contudo, subiu para uma relação entre dívida líquida e Ebitda de 3,2 vezes, ante 3,1 vezes ao fim de 2017.

A ideia do governo é que a companhia possa voltar a investir em novos ativos com a conclusão do ciclo de investimentos passado, que vão começar a gerar caixa e ajudar a reduzir o endividamento.

"Queremos ampliar o papel da empresa, usar a entrada de R\$ 450 milhões de receita", disse, se referindo ao faturamento adicional previsto para este ano com a conclusão de obras em atraso.

A companhia está trabalhando para concluir as obras das hidrelétricas de Colíder e Baixo Iguaçu e também do complexo eólico de Cutia. "Vemos perspectiva de aumento de receita ao redor de R\$ 450 milhões em 2019, isso vai dar fôlego para que possamos reduzir a alavancagem financeira, assunto sensível no passado mas hoje em trajetória descendente."

Depois de vários adiamentos, a primeira turbina da usina de Colíder finalmente iniciará testes neste mês, segundo o executivo. Ele contou que problemas registrados no passado nas comportas foram solucionados. A licença de operação da hidrelétrica saiu em 3 de janeiro. Pelo cronograma previsto pela empresa, em março, será inaugurada a Baixo Iguaçu. Em abril, o complexo de Cutia. Até maio, Colíder estará totalmente em funcionamento. "O primeiro semestre será muito auspicioso para a Copel", disse.

O objetivo é retomar a rentabilidade da companhia, um "orgulho dos paranaenses". "O povo do Paraná escolheu uma nova geração para comandar o Estado, e isso foi traduzido em 7 de outubro, quando o governador Ratinho Junior foi eleito no primeiro turno. O recado das urnas foi claro, é uma nova forma de política com atuação transparente, ética, sem privilégios e com redução da máquina pública", disse Slaviero.

Apesar de não ter experiência prévia em energia, Slaviero apontou que o setor de telecomunicações também é muito regulado e importante no país. "O governador busca capacidade de gestão", completou o executivo de 38 anos.

O nome de Slaviero foi aprovado pelo conselho de administração da companhia na semana passada, quando também foi eleito Eduardo Vieira de Souza Barbosa como diretor jurídico e de relações institucionais, e David Campos como diretor-

adjunto. A diretoria financeira e de relações com investidores continua com Adriano Moura.

Segundo Slaviero, por enquanto, as mudanças a nível da holding estão concluídas. "Nas subsidiárias integrais, ainda é um processo avaliado internamente", disse, reiterando que os quadros técnicos serão mantidos. A Copel também não prevê a realização de novo programa de demissão voluntária (PDV). "O último PDV deu resultados expressivos, 563 colaboradores aderiram e teremos economia de R\$ 200 milhões em 2019", disse o executivo. Em dois anos, houve um total de 811 adesões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/01/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Renovação da concessão de Foz do Areia está entre as prioridades

Uma das prioridades da nova gestão da Copel será garantir uma nova concessão para a usina hidrelétrica Foz do Areia, no rio Iguaçu (PR), que vence em 2023, disse o novo presidente da companhia, Daniel Pimentel Slaviero. Com 1.676 megawatts (MW) de potência, a hidrelétrica representa cerca de 30% da energia gerada pela estatal paranaense hoje.

"Vamos continuar trabalhando na melhoria da eficiência e redução de custos, com cuidado para a redução da alavancagem financeira, para chegarmos preparados e economicamente fortes para disputar a usina em leilão se for necessário", disse.

O mesmo já aconteceu com a usina Governador Parigot de Souza (conhecida como usina Capivari-Cachoeira). Em 2015, a hidrelétrica, de 260 MW, foi relicitada e arrematada novamente pela Copel, depois que a concessão antiga venceu. Para isso, foi cobrada uma outorga de cerca de R\$ 575 milhões.

No caso de Foz do Areia, a importância estratégica é maior, e assim também deve ser o valor da outorga. "Estimamos que seria algo entre R\$ 3 bilhões e R\$ 4 bilhões", disse Slaviero. A preocupação da companhia é com a competição nesse eventual certame. "O setor elétrico é muito competitivo, com empresas com capacidade de financiamento alta", disse o presidente da Copel.

Uma possibilidade levantada por ele seria aplicar à Copel o mesmo decreto utilizado pela Cesp para renovar a concessão da hidrelétrica de Porto Primavera

antecipadamente, mediante pagamento de outorga, sem necessidade de leilão. O problema é que, nesse caso, a renovação precisaria estar atrelada a uma privatização. "Abriríamos mão do controle e renovaríamos por mais 30 anos", disse Slaviero, se referindo a um "plano B" para manter ao menos parte da usina.

"Vamos manter todas as opções em aberto. A realidade hoje é que a concessão da usina termina em setembro de 2023, e vamos nos preparar para o leilão", afirmou.

Além da manutenção da usina, a Copel tem o objetivo de ter um "papel ativo" nos próximos leilões de transmissão e geração de energia, com foco principalmente em ativos no Paraná. "A Copel é uma empresa nacional, do Paraná mas de porte nacional, com presença em dez Estados. Ela sempre estará atenta às novas oportunidades, tanto geração quanto transmissão, mas nossa prioridade será o Paraná", disse Slaviero. A estatal vai olhar todas as alternativas que tenham taxa de retorno atraente.

Em geração, a companhia vai avaliar a possibilidade de avançar com investimentos em projetos de geração eólica e solar. "O Paraná não tem uma radiação solar boa como o Nordeste, mas tem áreas interessantes que podem ser analisadas", afirmou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/01/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Atrasos impactam produção da Petrobras

Os recordes no pré-sal não foram suficientes para impedir a Petrobras de fechar o ano passado com queda de 5,5% na produção de petróleo no Brasil. A estatal registrou em 2018 o seu primeiro ano de queda depois de quatro anos seguidos de crescimento devido, basicamente, a três fatores: atrasos de projetos no pré-sal, declínio na produção no pós-sal e os efeitos das vendas de ativos.

Ao todo, a produção média da petroleira totalizou 2,034 milhões de barris/dia em 2018, abaixo da meta de 2,1 milhões de barris/dia. Foi a primeira vez que a empresa não conseguiu alcançar sua meta, depois de três anos.

A Petrobras iniciou 2018 com meta de colocar em operação sete novas plataformas no Brasil, mas cumpriu apenas parte do programa. Quatro unidades começaram a produzir no ano passado: Cidade de Campos dos Goytacazes (no

campo de Tartaruga Verde, na Bacia de Campos), P-69 (Lula), P-74 e P-75 (Búzios), no pré-sal da Bacia de Santos.

Já as plataformas P-76 (Búzios), P-67 (Lula Norte) e P-68 (Berbigão), todas no pré-sal, atrasaram e ficaram para 2019. Para se ter uma dimensão do impacto potencial dessas embarcações sobre a curva de produção da companhia, cada uma delas possui capacidade para produzir 150 mil barris/dia de petróleo - o equivalente a 7% da produção média da empresa no país.

Não à toa, a empresa espera para este ano alta de 13% na produção, para patamar recorde de 2,3 milhões de barris diários de petróleo no país. Além das três unidades previstas inicialmente para 2018 e que atrasaram, a Petrobras espera começar a operar em 2019 a P-77, também no campo de Búzios.

Outro fator que ajuda a explicar a queda da produção em 2018 é o programa de desinvestimentos da estatal. A Petrobras concluiu em janeiro do ano passado a venda de 35% do campo de Lapa, no pré-sal de Santo para a Total. Em junho, foi a vez de concluir a alienação de uma fatia de 25% no campo de Roncador (Bacia de Campos), um de seus maiores ativos de produção, para a Equinor (ex-Statoil).

As duas operações representaram, para a petroleira, corte de cerca de 60 mil barris/dia nos seus dados operacionais, tomando como base os dados da Agência Nacional de Petróleo (ANP).

O declínio da produção dos campos do pós-sal, sobretudo na Bacia de Campos, também contribuiu para a redução dos volumes de petróleo produzidos pela estatal no Brasil. A Petrobras não divulgou os dados consolidados da Bacia de Campos em 2018, mas até setembro a companhia acumulava retração de 13% no volume produzido na região. Os dados da ANP apontam para uma queda de 14% na produção nacional do pós-sal em 2018, até novembro.

Além desses três fatores, outro fator que ajuda a entender o desempenho operacional da empresa em 2018 é o número de paradas programadas para manutenção de plataformas. A Petrobras já havia divulgado, no início do ano, a intenção de aumentar a intensidade das paradas. Ao longo do ano, a companhia reportou ao mercado a parada de 14 plataformas, frente às 13 informadas em 2017.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/01/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Alcoa reverte prejuízo

A fabricante americana de alumínio Alcoa registrou lucro líquido de US\$ 43 milhões no quarto trimestre de 2018, revertendo o resultado negativo de US\$ 196 milhões reportado no mesmo período de 2017. "Mesmo com uma sequência de queda nos preços das commodities, tivemos um forte trimestre com lucros altos nos segmentos de bauxita e alumina", afirmou o presidente da Alcoa, Roy Harvey. Entre outubro e dezembro do ano passado, a receita da Alcoa subiu 5,3%, passando de US\$ 3,174 bilhões para US\$ 3,344 bilhões, na comparação anual. O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) ajustado recuou 6% no trimestre para R\$ 749 milhões, impactado pelos preços mais baixos do alumínio e por uma queda nas vendas de energia no Brasil. Para 2019, a Alcoa espera déficit na oferta global de alumínio entre 1,7 milhão a 2,1 milhões de toneladas, enquanto a demanda global deve crescer de 3% a 4%. As entregas de alumínio da companhia nesse ano devem somar de 2,8 milhões a 2,9 milhões toneladas.

Enel vende ativos para CGN

A Enel Green Power Brasil Participações, braço renovável da italiana Enel, assinou ontem acordo para venda de 100% de três projetos operacionais de geração renovável para a chinesa CGN Energy International Holdings, por R\$ 2,9 bilhões, equivalentes a € 700 milhões considerando o câmbio atual. Os ativos somam 540 megawatts (MW) de potência, e têm contratos de venda de energia de longo prazo em vigor. Foram vendidos os parques solares Nova Olinda (292 MW), localizado no Piauí, e Lapa (158 MW), na Bahia, além do parque eólico Cristalândia (90 MW), na Bahia. "Com a venda desses ativos, estamos captando valor para nosso crescimento no Brasil, onde estamos implementando um grande pipeline de projetos renováveis. Continuamos focados nas oportunidades oferecidas pelo mercado renovável no Brasil e investindo de forma contínua no país, onde a Enel Green Power vai desempenhar um papel ativo por meio do desenvolvimento de novos projetos e da gestão do conjunto de plantas em operação", informou, em nota, Antonio Cammiseca, responsável pela Enel Green Power.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/01/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Casa dos Ventos e Vale fecham parceria

A Casa dos Ventos e a Vale assinaram uma parceria na qual a companhia de energia eólica do empresário Mário Araripe vai fornecer energia para a mineradora por 20 anos, a partir de 2023. Em 2022, a Vale pode exercer uma opção e comprar parte ou a totalidade do empreendimento, que terá 151,2 megawatts (MW) e ficará em Campo Formoso, na Bahia.

O contrato foi pensado para garantir uma atratividade adicional para a mineradora caso esta decida pela opção de compra. A fatia de energia correspondente à participação vai se enquadrar como autoprodução, isenta do pagamento de encargos setoriais como a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), fundo setorial pago por todos os consumidores via tarifa. A fonte renovável garante outra vantagem, que é o desconto de 50% na tarifa de transmissão de energia.

O investimento no parque eólico Folha Larga Sul, de R\$ 750 milhões, é da Casa dos Ventos, que já assegurou R\$ 550 milhões com o Banco Nacional do Nordeste (BNB), segundo Lucas Araripe, diretor de Novos Negócios da companhia. Os outros R\$ 200 milhões serão capital próprio.

"O setor mudou muito, o mercado regulado está muito competitivo, com preços que não viabilizam os investimentos", disse Araripe. Para a Casa dos Ventos, o projeto surgiu como uma alternativa para viabilizar novos empreendimentos. Uma fatia pequena da garantia física do projeto foi vendida no leilão A-6 de agosto passado, para garantir agilidade na concessão da outorga do projeto e também acesso à transmissão. Como o parque eólico ficará pronto em 2020 e o contrato do mercado regulado só vale em 2024, essa energia já foi vendida, por meio de leilão privado, no mercado livre.

A partir de 2023, a Vale vai consumir 60% da energia do empreendimento. A mineradora pode comprar uma fatia minoritária, 60%, ou a totalidade do ativo, explicou Ricardo Mendes, gerente executivo de energia da Vale.

"A opção de aquisição é mais um passo para a meta da Vale de atingir 100% de autoprodução a partir de fontes renováveis", disse Mendes. Hoje, a companhia atingiu 55% de seu consumo de energia nessa categoria. Caso a companhia compre 100% do empreendimento, o percentual deve subir para algo em torno de 62%.

De acordo com as duas partes, o contrato com a opção de compra é inédito.

"Assim, conseguimos gerar financiabilidade para o projeto, e reduzir custos na

Vale, que terá previsibilidade de custos em um cenário de alta volatilidade de preços de energia", disse Mendes.

Outra vantagem competitiva para o negócio com a Casa dos Ventos, de acordo com Araripe, é que os riscos de construção do empreendimento ficam com a companhia, uma vez que a Vale só assumirá uma fatia, se for o caso, quando ele estiver operacional.

No mesmo leilão A-6, a Casa dos Ventos vendeu ainda parcela de outro projeto, no Rio Grande do Norte (RN), que terá 420 MW de potência. A ideia da companhia é fazer contratos de longo prazo semelhantes com grandes consumidores de energia.

"Criamos um produto replicável, entendemos que tem um nicho para isso", disse o diretor financeiro da Casa dos Ventos, Ivan Hong. Se aparecerem clientes com interesse em contratos de longo prazo no modelo tradicional, sem a opção de compra, a companhia tem flexibilidade para fechar novos negócios.

O empreendimento entrará em operação em 2021, mas ainda não teve financiamento nem compra de equipamentos equacionados. "Temos falado com clientes para a venda da energia", disse Araripe. O complexo eólico é grande para apenas um consumidor, mas está dividido em várias sociedades de propósito específico (SPEs). Assim, será possível fechar contratos com clientes diferentes. "Todos terão o benefício da escala do projeto, mas serão contratos diferentes", disse o diretor de Novos Negócios.

A companhia não descarta participar dos próximos leilões de geração, mas seu foco estará no desenvolvimento dos dois empreendimentos. Segundo Araripe, enquanto a Vale tem a opção de adquirir 100% do projeto no Ceará, a ideia é permanecer operando o do Rio Grande do Norte e ter acionistas minoritários.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/01/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho, Rita Azevedo e Rodrigo Polito | Do Rio e de São Paulo

Título: União busca novo nome para conselho da Petrobras

Indicado pelo governo para ocupar uma das vagas no conselho de administração da Petrobras, o geólogo John Forman renunciou ao convite. O ex-diretor da Agência Nacional de Petróleo (ANP) alegou razões "de ordem pessoal", ao apresentar sua carta de renúncia.

A decisão foi tomada, segundo a estatal, "visando evitar qualquer tipo de constrangimento ou problema para a companhia, considerando as notícias veiculadas na imprensa, desde a indicação, sobre condenação em processo na CVM [Comissão de Valores Mobiliários], que se encontra atualmente em discussão no judiciário".

Forman foi condenado em 2016 pela CVM, por uso de informações privilegiadas. O caso, ocorrido em 2013, envolve a venda de ações da petroleira HRT (atual PetroRio), empresa na qual o geólogo foi conselheiro entre 2009 e 2012. Ele foi condenado a pagar multa de R\$ 338 mil, o equivalente a duas vezes a perda estimada com a negociação dos papéis. O montante, que deveria ter sido pago em março de 2018, contudo, ainda não foi quitado, segundo a CVM.

O geólogo recorreu da decisão no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, mas o pedido foi rejeitado em 2017. Depois disso, a defesa do geólogo entrou com uma ação no Tribunal Regional Federal da 2ª Região contra a CVM e a União, alegando que o processo administrativo não respeitou os princípios da legalidade e da presunção de inocência. O processo ainda será julgado.

Procurado pelo **Valor**, Forman preferiu não comentar. Em entrevista ao site especializado "epbr", ele disse ter sido perseguido pela imprensa, que teria a intenção de atingir o governo.

Forman ocuparia uma das três vagas abertas após a renúncia dos conselheiros Luiz Nelson de Carvalho, Francisco Petros Papathanasiadis e Durval José Soledade, neste mês. As outras duas cadeiras serão ocupadas pelo economista João Cox e pelo almirante Eduardo Bacellar Leal Ferreira, indicado para presidir o conselho. O colegiado tem onze vagas, oito delas reservadas a representantes da União. A Petrobras informou que o nome do novo indicado será divulgado ao mercado assim que enviado pelo acionista controlador.

A estatal encerrou 2018 com 63.361 funcionários, incluindo a controladora e suas subsidiárias. Em relação a 2017, houve um aumento de 1% no efetivo, interrompendo uma sequência de quatro anos seguidos de cortes.

A administração da estatal ainda não deu maiores detalhes sobre novas contratações, mas o presidente da petroleira, Roberto Castello Branco, já sinalizou ao menos que planos de redução do efetivo estão fora do radar.

"Em princípio não existe plano para redução de efetivo. O que se quer é um efetivo muito bem qualificado, treinado. Eu pretendo dar foco a treinamento, no desenvolvimento de inovações, no desenvolvimento do espírito de liderança, na formação de executivos para a Petrobras e aumentar a produtividade com a

transformação digital", afirmou o executivo, em mensagem enviada aos empregados logo após sua posse, este mês.

Desde 2014, quando os preços internacionais do petróleo começaram a cair e os desdobramentos da Lava-Jato mergulharam a empresa numa crise financeira, a estatal reduziu em 26% a sua força de trabalho. Dos 86.111 funcionários ao fim de 2013, houve um corte de 22,75 mil empregados, graças à implementação de planos de incentivo ao desligamento voluntário (PIDVs).

Aos poucos, contudo, a empresa começa a contratar novos funcionários. Entre 2017 e 2018, a companhia abriu três concursos públicos. Os processos seletivos, juntos, destinavam-se a contratar cerca de 380 empregados.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/01/2019

Seção: Empresas

Autor: Luísa Martins | De Brasília

Título: STJ derruba liminar e venda da TAG pode ser retomada

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) derrubou a decisão que impedia a Petrobras de vender 90% da Transportadora Associada de Gás (TAG), subsidiária da estatal dona de uma rede de gasodutos de aproximadamente 4,5 mil km de extensão nas regiões Norte e Nordeste.

A liminar havia sido concedida pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF-5) no âmbito de ação popular impetrada pelo Sindicato Unificado dos Trabalhadores Petroleiros, Petroquímicos, Químicos e Plásticos nos Estados de Alagoas e Sergipe.

O sindicato alegava que a Petrobras não obedeceu plenamente a lei de licitações ao abrir um certame para realizar a venda. Com a concessão da liminar, a Advocacia-Geral da União (AGU) recorreu e conseguiu reverter a decisão no STJ.

Segundo a AGU, o procedimento adotado pela estatal para abrir o processo licitatório teve sua legalidade atestada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), observando as melhores práticas do mercado e atraindo 87 empresas interessadas em participar do negócio.

O presidente do STJ, ministro João Otávio de Noronha, escreveu que a interrupção do processo traria "grave lesão à ordem e à economia públicas" e geraria "insegurança jurídica aos investidores, afetando a confiança do mercado quanto às perspectivas do setor de petróleo e gás brasileiro".

A suspensão da liminar assegura que a estatal possa dar continuidade à operação. Segundo a AGU, o processo faz parte do pacote de "desinvestimentos necessários à recuperação econômica" da Petrobras.

Estima-se que somente a venda da TAG responda por aproximadamente um terço dos US\$ 26,9 bilhões que a estatal pretende arrecadar com negociação de ativos entre 2019 e 2023.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	17/01/2019
Seção:	Empresas
Autor:	
Título:	Curtas

Retorno da Alunorte

A notícia de que a Norsk Hydro foi liberada para retomar as operações da refinaria Alunorte, deve provocar mais a queda dos preços da alumina, segundo analista. A Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Pará emitiu nota técnica atestando que a Alunorte pode retomar suas operações normais com segurança. A Alunorte teve a operação parcialmente embargada em fevereiro de 2018, por decisão da justiça, e opera com 50% da capacidade atualmente. "Entre a Alunorte voltando com produção total e sanções da Rusal, os preços [da alumina] estão mais baixos, mesmo após correções vistas no início de outubro", disse John Mothersole, da IHS Markit. Segundo dados da Fastmarkets, o índice da Austrália de preços da alumina caiu 45%, de US\$ 700 por tonelada em 2018 para US\$ 395,40 por tonelada no início de 2019. Um dos fatores que permitiu a alta no ano passado foi a redução para 50% da produção em Alunorte.

Minério sobe 0,72%

O minério de ferro negociado no porto chinês de Qingdao registrou alta de 0,72% ontem, para US\$ 74,31 a tonelada, segundo a "Metal Bulletin". O índice leva em conta o produto com 62% de ferro. No ano, a commodity acumula valorização de 2,17%. Nos mercados futuros, os contratos do minério para maio subiram 0,49% em Dalian, para 511,5 yuans a tonelada. Para o aço, os futuros da bobina a quente avançaram 0,35% em Xangai, para 3.435 yuans a tonelada. Os preços do vergalhão ficaram estáveis, em 3.534 yuans a tonelada.

Consumo de alumínio

A Associação Brasileira do Alumínio (Abal) informou que o consumo de alumínio cresceu 11% no acumulado de janeiro até setembro de 2018, para 1,031 milhão de tonelada. A associação projeta consumo total de cerca de 1,4 milhão de toneladas para 2018, crescimento de quase 10% na comparação a 2017.

MME / ASCOM .